

## **A Delegacia Militar do Norte e o Governo Provisório: disputas políticas e a nomeação dos interventores nortistas.**

RAIMUNDO HELIO LOPES\*

### **O Norte e o Governo Provisório: Juarez Távora e os revolucionários nortistas**

Durante a campanha presidencial de 1929-1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões no Norte, ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. Os aliancistas conseguem unir, desta forma, setores sociais de interesses bem diversos e até mesmo contraditórios. É essa situação específica que dá ao movimento de 30 no Norte um caráter bastante amplo e popular, encontrando poucas resistências. A única exceção ocorre na Bahia, onde a contra-revolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada. (Pandolfi, 1980: 342)

Com esse pequeno parágrafo, Dulce Pandolfi consegue resumir bem o que significou o movimento de outubro de 30 na região Norte do Brasil: um movimento amplo, marcado pelo apoio da população, onde os “revolucionários” quase não encontraram resistência por parte dos governistas. A vitória veio através de uma campanha militar que tomou as guarnições militares da região, com alguma participação de voluntários civis.

Nos quarenta e um primeiros anos da República brasileira, a região Norte foi marginalizada do poder político federal, em decorrência da crise econômica que vivia desde meados do século XIX, quando perdeu seu poderio econômico. As elites políticas da região foram afastadas das esferas centrais de poder e os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul passaram a ter maior destaque. Quando o modelo político que se estabelecia por essa lógica passou a ser questionado, eleitoral e militarmente, grande parte das elites políticas nortistas aderiu ao que ficou conhecido em nossa historiografia como “Revolução de 30”.

O movimento de 30 no Norte teve como principal articulador Juarez Távora. Cearense nascido no ano de 1898, ingressou no Exército em 1916, quando foi praça na Escola Militar do Realengo. Em 1922 foi um dos participantes do movimento tenentista de 5 de julho, derrotado pelas forças federais. Depois dessa data não parou mais de lutar contra os governos da Primeira República. Dois anos depois participou do levante

---

\* Doutorando em História – CPDOC/FGV

tenentista de São Paulo, de onde saiu para organizar o mesmo movimento nos estados do Sul. Em 1925 ingressou na Coluna Prestes-Miguel Costa, que percorreu milhares de quilômetros pelo país lutando contra os governos de Artur Bernardes e Washington Luís. Não viu a coluna exilar-se no território da Bolívia e do Paraguai em fevereiro de 1927, pois fora preso em Teresina em dezembro de 1925, depois de um confronto com as tropas legalistas. Ficou preso na Ilha de Cobras até janeiro de 1927, quando fugiu e voltou a estabelecer contato com companheiros de conspiração, como Isidoro Dias Lopes, Siqueira Campos, Miguel Costa, João Alberto e Osvaldo Aranha. Preso novamente em janeiro de 30, conseguiu fugir menos de um mês depois, quando retomou os planos de deposição do governo e foi cogitado para ser o líder militar do movimento que se iniciaria em outubro, posto que coube a Góes Monteiro. Em março de 1930 chegou à Paraíba, de onde liderou o movimento naquela região. Em 27 de outubro de 1930 desembarcou no Rio de Janeiro como o vitorioso chefe militar do Norte.

Pelo papel que ocupou na campanha militar de 30 e pela liderança e prestígio conquistados com essa atuação, Juarez levou o Norte para o novo governo. Nesse novo contexto político que se iniciava, o Norte tornou-se um aliado político do governo Vargas. Contudo, esse apoio não é um fato em si, mas uma construção que se dá desde a vitória do movimento revolucionário de 30, marcado por crises, aproximações e distensões. Como articulador dessa aproximação política, Juarez Távora foi o grande líder do Norte nos primeiros anos do Governo Provisório.

Entendo como Norte a área político-geográfica formada pelos estados que abrangem as atuais regiões Norte e Nordeste, além do Espírito Santo. O Norte, nesse sentido, era compreendido pelo território federal do Acre e por doze estados: Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. A presença do Espírito Santo causa uma estranheza inicial, já que esse estado não é relacionado quando comumente se pensa o Norte. O próprio decreto que criou a instituição destinada a gerir as relações do Norte e o Governo Provisório, como veremos, não contemplava este estado como integrante da região. Contudo, a construção que faço do Norte é baseada na ação de Juarez Távora enquanto representante da região junto ao Governo Federal e no posicionamento dos líderes estaduais – os interventores – quando se relacionaram com esse líder. São muitos os documentos produzidos durante os primeiros anos do governo Vargas que ratificam a

delimitação que faço dessa região. Como exemplo, cito um telegrama enviado a Juarez por João Punaro Bley, interventor do Espírito Santo durante todo o Governo Provisório: “Para maior facilidade e entendimento ação norte, ao qual Espírito Santo se acha integrado, pedimos prezado amigo aceitar representação nosso pensamento relativamente situação atual”.<sup>1</sup>

Nesse sentido, a integração ou não do Espírito Santo ao Norte não pode ser encarada, a priori, a partir de definições oficiais, mas se deve ter como base a ação dos sujeitos envolvidos nesse processo. Essa adesão ocorreu a partir da articulação do interventor capixaba que chegou ao poder indicado por Juarez e que reconhecia a autoridade do líder do Norte. Em momentos específicos, em especial os de crise política nacional, a aproximação desse estado com a corrente nortista foi mais forte, marcando claramente uma posição nos embates envolvendo o Governo Provisório. É significativo notar que o telegrama apresentado data de 22 de junho de 1932, poucas semanas antes do início da guerra civil que marcaria o Governo Vargas. Durante a Guerra de 1932, o Norte foi definido geográfica e politicamente por Juarez, em alguns telegramas enviados aos interventores da região, como do “Amazonas ao Espírito Santo”. Os próprios interventores nortistas, durante o conflito, utilizaram essa definição para fazer referência a eles próprios.<sup>2</sup>

Diante disso, defendo que a formação do Norte tem como artífices um amplo grupo político-militar de opositores aos governos da Primeira República e uma determinada elite política que chegou ao poder nos estados nortistas após a vitória do movimento de 30. O Norte não pode ser pensado como algo naturalizado, mas como uma região definida a partir de critérios políticos em um momento historicamente situado quando seus membros se consideram, se imaginam e se comportam como uma comunidade imaginada (Anderson, 2008).

Nesse novo contexto político, com a emergência de novas alianças e reagrupamento de forças dentro do cenário republicano, o Norte trás consigo um grupo

---

<sup>1</sup> Telegrama de João Punaro Bley a Juarez Távora. Arquivo Juarez Távora - Cpdoc-FGV 1932.05.14 (108/172). Datado de 22 de junho de 1932.

<sup>2</sup> Vale lembrar também que em seu livro de memórias, Juarez não inclui o Espírito Santo como sendo um estado nortista. Também não o inclui no relatório da viagem que fez ao Norte como última atribuição do cargo de Delegado Militar da região. Essas ausências corroboram com a ideia de que a formação política do Norte se deu em um momento historicamente situado e foi engendrado por um grupo político específico que uniu forças para melhor atuar em determinadas situações durante o Governo Provisório.

político bem específico: os revolucionários nortistas. Entendo como revolucionários nortistas o grupo político, formado por civis e militares, que apoiou a chegada de Getúlio Vargas à presidência e reconhecia a liderança de Juarez Távora como líder da região na tomada de poder e no recém formado Governo Vargas. Esses revolucionários marcaram suas ações nos primeiros anos do Governo Provisório com a defesa do Norte dentro do contexto de reconfiguração política iniciado após a vitória do movimento de 30. Os revolucionários nortistas não podem ser definidos apenas por sua naturalidade, pois essa identidade política não é determinada pelo simples critério de nascimento nos estados que formam a região, mas por um reconhecimento de Juarez como liderança incontestada da região, assim como pela defesa do Norte na busca de mais espaço político dentro do Governo Provisório.

Em outras palavras, nos primeiros anos do Governo Provisório os revolucionários nortistas se ligam por uma identidade política caracterizada pela luta contra o antigo modelo republicano brasileiro, a defesa do Norte dentro do Governo Provisório e a liderança de Juarez Távora nesse processo.

### **O surgimento e funcionamento da Delegacia do Norte**

Depois de confirmada a vitória do movimento de outubro de 1930, o primeiro cargo destinado a Juarez Távora no Governo Provisório foi o de ministro da Viação e Obras Públicas. Ocupou a pasta entre os dias 4 e 24 de novembro de 1930. Ficou por pouco tempo porque “nossa missão [dos camaradas militares do Norte] deveria ser à frente da tropa, para garantir, ao governo civil da revolução, a plena segurança de que necessitava para realizar, sem temores, sua obra de renovação revolucionária.” (Távora, 1976: 11). Em seu lugar, e por sua indicação, assumiu o posto o então interventor da Paraíba José Américo de Almeida.<sup>3</sup>

Diante da recusa de Juarez ao ministério, Getúlio Vargas instituiu a Delegacia Militar do Norte e o tornou seu delegado, objetivando dar espaço para que ele atuasse na região na qual foi líder e chefe militar. Em 12 de dezembro de 1930, foi lavrado o documento oficial:

---

<sup>3</sup> A liderança de Juarez, no entanto, não podia ser desprezada pelo Governo Provisório. Um elemento de seu papel de liderança no novo governo era sua participação no que foi chamado pela imprensa de Gabinete Negro, grupo de “tenentes” e revolucionários civis, que se reunia com Vargas após a vitória de 30 para discutir e deliberar sobre o governo. Sobre o Gabinete Negro ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, disponível em [www.fgv.br/cpdoc.br](http://www.fgv.br/cpdoc). Doravante DHBB - CPDOC/FGV.

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil resolve nomear o capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, delegado militar do Governo Federal e seu representante nos Estados do Norte, desde Bahia, afim de tomar as medidas que julgar conveniente ao interesse publico, podendo propor demissões, nomeações, transferências, e outros atos que lhe pareçam necessários ao bom desempenho de sua missão, tendo em vista, principalmente, consolidar nessa parte do Brasil, o regime instituído pela Revolução e ficando subordinado ao Ministério da Guerra.<sup>4</sup>

Assinado pelo presidente e pelo ministro da guerra José Fernandes Leite de Castro, neste documento o Governo Provisório dava a Juarez plenos poderes de ação para que ele consolidasse militar e politicamente o novo governo no Norte. A subordinação desse órgão ao Ministério da Guerra representava o retorno de Juarez ao Exército, já que durante toda a década anterior, atuou como militar revoltoso, sendo considerado desertor e clandestino pelas Forças Armadas. Por ser um dos líderes militares responsáveis pela vitória do movimento de 30, sua reincorporação ao exército representava o processo pelo qual passava as forças armadas naquele momento: uma transformação na qual setores e líderes militares ligados aos antigos governos estavam sendo expurgados e buscava-se constituir um quadro militar formado por elementos verdadeiramente “revolucionários”.

Em suas memórias, Juarez afirma que mesmo antes da investidura do cargo, muitos já o reconheciam como representante do Norte junto ao Governo Provisório e que, por isso, recebia uma intensa correspondência referente a solicitações, denúncias, reclamações, pedidos de providências administrativas e tantas outras questões relacionadas à região. Com o cargo de Delegado, o volume desses papéis aumentaram, o que o fez lembrar de como um dos seus irmãos definia o posto que passou a ocupar: “Ouvidor-Geral das Queixas”.

De fato, o arquivo pessoal de Juarez Távora possui centenas de telegramas com solicitações de transferências, de auxílio e de cargos, assim como pedidos de soluções para problemas jurídicos e administrativos ligados ao Governo Provisório. Contudo, a existência da Delegacia do Norte não se limitava a atender esse tipo de necessidades. Com ela, os interventores do Norte e os revolucionários nortistas encontraram um canal de proximidade com o Governo Provisório pelo qual poderiam conseguir – e muitas

---

<sup>4</sup> Arquivo Juarez Távora - Cpdoc-FGV 1930.12.08 (2/7455).

vezes conseguiram – espaço político para seus projetos, tendo a mediação e a liderança de Juarez nesse jogo político.

A Delegacia Militar do Norte, apesar de curta, representou uma experiência política importante no processo de consolidação e legitimação do Governo Provisório em seus primeiros meses. Significava a criação de um espaço oficializado para a atuação de Juarez Távora, em uma região onde os apoiadores e simpatizantes do movimento de 30 reconheciam sua liderança nesse evento. Esses aliados, contudo, não empenharam seu apoio sem antes disputar transformações na relação entre o Norte e o Governo Federal, tendo Juarez como mediador desse campo de luta e alianças.

Segundo Dulce Pandolfi, em um dos principais textos, senão o único, de nossa historiografia que analisa o Norte no contexto político do Governo Provisório, com a criação da Delegacia do Norte “Vargas oficializava uma função que Juarez já ocupava de fato”. Ainda segundo a autora, a Delegacia, que tinha como “secretário único” Agildo Barata, “significava uma medida intervencionista e centralizadora que poderia, entretanto, representar uma maior autonomia para a região.” Também definida como uma concessão necessária ao tenentismo, aliados de primeira hora no processo de deposição do governo de Washington Luís, “sua função era basicamente constituir um elo de ligação entre interventorias nortistas e o chefe do Governo Provisório, colocando-o a par dos problemas e necessidades locais.” Ressaltando o impacto das crises políticas estaduais que culminaram com o processo de militarização da Interventorias do Norte e com a criação dos Conselhos Consultivos – “órgãos estaduais com função de assessorar os interventores e prefeitos” – Pandolfi afirma que “a delegacia se extingue em final de 1931 segundo reivindicação do próprio Juarez Távora.” Ao final de sua análise, a autora conclui que “em certo sentido” a Delegacia pode ser considerada vitoriosa, pois cumpriu seu principal objetivo: “alinhar o Norte à revolução”. (Pandolfi, 1980: 347-348)

Contudo, essa incisiva e curta análise não se propõe a compreender o funcionamento da Delegacia Militar do Norte a partir da análise da ação dos sujeitos que a constituíram, assim como as relações desse órgão chefiado por Juarez Távora com as Interventorias nortistas e o Governo Vargas. Muitas de suas afirmações – como o “alinhamento” do Norte com o Governo Provisório, as ações e funcionamentos da Delegacia, o papel de Juarez e seus funcionários, a militarização das Interventorias

nortistas – precisam ser analisadas como disputas políticas e de projetos em torno do novo governo, enquanto outras conclusões – como “a vitória em certo sentido” da Delegacia e a sua extinção – precisam ser relativizadas ou aprofundadas.

Mais do que cumprir ordens do Governo Provisório, Juarez e o grupo político que liderava o Norte após outubro de 30 parecem estar dispostos a executar um projeto transformador para esses estados, no qual propõe idéias para um maior desenvolvimento da região Norte. Nesse sentido, a Delegacia funcionava justamente como mediadora entre os dois lados envolvidos: o Norte e o Governo Provisório.

Nessa relação, a ideia de que “o Norte foi alinhado à revolução” precisa ser pensada levando em considerações dois movimentos. O primeiro é que esse alinhamento não se deu da noite para o dia: foi um processo no qual a Delegacia e os interventores debateram projetos para a região, assim como participaram da atuação política do Governo Provisório, se posicionando diante de questões espinhosas e constantemente (re)construindo o seu apoio ao Governo Vargas. Um segundo movimento, inteiramente ligado ao primeiro, é que se o Norte se alinhou ao Governo Provisório, o Governo Provisório também se alinhou ao Norte, pois teve que reconhecer as demandas da região, assim como atender às reivindicações que surgiam.

Com a criação da Delegacia, Juarez assumiu o papel de mediador dessas questões. Ele tinha poderes políticos para “governar” a região, como um líder político que estava acima de todos os estados nortistas, mas subordinado ao presidente. Com o cargo, situou-se politicamente entre as Interventorias e o Governo Provisório e, a partir desse “lugar político”, atuou na construção de uma nova relação e participação do Norte junto à esfera federal. Nesse sentido, Juarez dialogou com várias entidades políticas procurando favorecer o Norte. Em telegrama-circular enviado aos interventores do Norte, datado de 10 de março de 1931, Juarez diz que:

Entendendo utilidade uniformização ensino público em toda República e considerando que S. Paulo tem sido o estado da federação que mais seriamente tem cuidado desse assunto, e ainda que dirige hoje instrução pública aquele estado uma notável competência técnica como é a do professor Lourenço Filho, sugiro a todos os estados norte conveniência modelarem qualquer reforma do ensino que tenham executada ou venham executar pelo o que se esta fazendo no grande estado sulino, guardadas as necessárias proporções. Conviria para isso cada estado remeter a São Paulo

um professor capaz bem assimilar fundamentos reforma ali elaborada e transplantá-la com indispensáveis adaptações para seu estado.<sup>5</sup>

No mesmo dia, enviou para o interventor paulista uma cópia desse telegrama e concluiu com o pedido que se facilitasse o entendimento desses professores com o diretor de instrução pública do estado. Juarez também procurou gerenciar questões envolvendo as Interventorias e o Governo Provisório, como as que tratam do envio de verbas feito pelo ministério da Fazenda: “Tendo aviso ministro fazenda que autoriza Banco do Brasil a fazer redescontos, limitado essa faculdade bancos com capital superior cinco mil contos e quase não havendo bancos com esse capital no Norte Brasil, venho apelar v. excia. sentido conceder esse favor bancos pequeno capital existentes todas capitais Norte.”<sup>6</sup>

Além das ligações entre o Norte e o Governo Provisório, a Delegacia também mediou questões envolvendo as próprias Interventorias, como aparece no telegrama enviado aos interventores do Ceará e do Rio Grande do Norte: “Acabo receber interventor Pará seguinte pedido: ‘peço conseguir estados Rio Grande do Norte e Ceará redução impostos exportação couros benefício industria curtumes aqui ora agonizante falta couros, [saudações] cap. Barata.’ Convém estudo questão dando resposta possível brevidade.”<sup>7</sup>

Com essa atuação, Juarez reafirmava sua liderança no Norte, utilizando para isso o cargo instituído pelo Governo Provisório especificamente para ele. Nesse processo, aumentava seu prestígio político na esfera federal, assim como procurava promover transformações políticas, sociais e econômicas na região. Essas transformações tinham como base de ação a genérica atribuição definida pelo decreto que instituiu a Delegacia e garantiu poderes para que Juarez tomasse “medidas que julgar conveniente ao interesse público”. Essas medidas revelam que a elite político-militar que passou a ser hegemônica politicamente na região no contexto do pós-30 buscou definir essa aproximação entre Norte e Governo Provisório a partir da Delegacia do Norte, que foi

---

<sup>5</sup> Telegrama de Juarez Távora aos interventores do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Arquivo Juarez Távora - Cpdoc-FGV 1930.12.08 (231-235/7455).

<sup>6</sup> Telegrama de Juarez Távora a José Maria Whitaker. Arquivo Juarez Távora - Cpdoc-FGV 1930.12.08 (250/7455). Datado de 12 de março de 1931.

<sup>7</sup> Telegrama de Juarez Távora aos interventores do Rio Grande do Norte e Ceará. Arquivo Juarez Távora - Cpdoc-FGV 1930.12.08 (277/7455). Datado de março de 1931.

pensada justamente para consolidar “o regime instituído pela Revolução”. Nesse sentido, como defende Dulce Pandolfi, por ser um elo entre os estados nortistas e o Governo Provisório, a Delegacia poderia garantir mais autonomia para a região por ser uma instituição onde as demandas e as propostas de transformação ganhavam um espaço privilegiado para serem articuladas – tanto pelos interventores como por Juarez – e respaldadas pelo Governo Provisório.

### **As primeiras Interventorias nortistas**

Datado de 11 de novembro de 1930, o decreto número 19.398 instituiu o Governo Provisório, dando ao presidente Getúlio Vargas plenos poderes para governar o país por decretos, suprimindo o poder legislativo, até a organização de uma nova constituição. Nesse decreto também foram criados os cargos de interventores federais, administradores dos estados da federação que tinham suas nomeações e exonerações determinadas pelo presidente. Cada interventor tem em seu estado o poder máximo, já que também governava sem a presença do legislativo, e respondiam apenas a Vargas.<sup>8</sup>

Pensadas para centralizar o poder do novo governo nas diversas unidades federativas e alongar a autoridade do Governo Provisório nos estados, expurgando antigas lideranças e opositores, as Interventorias passaram a ser chefiadas por líderes políticos da confiança de Vargas. No caso do Norte, as nomeações dos interventores foram avalizadas por Juarez Távora, por toda sua liderança na região, consolidada institucionalmente com a criação da Delegacia do Norte. Esse papel junto à nomeação dos interventores não estava claramente estabelecido no decreto que a criou, apesar de abrir prerrogativa para ele “propor demissões, nomeações, transferências, e outros atos que lhe pareçam necessários ao bom desempenho de sua missão”.

Sobre a nomeação dos interventores nortistas, Dulce Pandolfi afirma que foram três as características gerais que levaram à escolha dos interventores do Norte, “os que mais se aproximaram de um modelo ideal de interventor”. Em primeiro lugar, *ser neutro politicamente*, pois os agentes responsáveis para essa função não poderiam ter ligações partidárias, para que tivessem, nas palavras de Juarez Távora, “imparcialidade e energia [para] uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade para realizar”. *Ser militar*, o segundo elemento na

---

<sup>8</sup> Decreto 19.398 de 11 de novembro de 1930.

escolha desses interventores, representou à entrega de todas essas Interventorias a tenentes já no início do ano de 1931. Um aspecto que pode também explicar isso “é uma decorrência da fraqueza da classe política local”, o que tornou a militarização das Interventorias nortistas não um pressuposto ideológico, mas “diante de uma situação concreta” uma “condição necessária para implementar a chamada política revolucionária”. Por último, *ser estrangeiro* garantia a inexistência de vínculos diretos com as forças políticas estaduais, afastando-os de líderes locais que deveriam ser postos de lado nesse novo contexto que se anunciava. Algumas exceções “plenamente justificadas” marcaram este último ponto, como o caso das Interventorias de Pernambuco, Ceará e Paraíba que tiveram seus interventores escolhidos entre líderes civis estaduais, mas amplamente alinhados com as idéias tenentistas. (Pandolfi, 1980: 346)

Contudo, a escolha dos interventores do Norte e essa ideia de “modelo ideal de interventor” precisam ser analisadas levando em conta o processo político do Governo Provisório e as ações de Juarez e dos envolvidos com a Delegacia Militar do Norte. Essas nomeações aconteceram em dois momentos distintos. O primeiro, antes da instituição da Delegacia, mas já marcado pela influência de Juarez, ocorreu logo depois da vitória militar do movimento de outubro de 30. O segundo, já sob a ação da Delegacia, compreendeu o primeiro ano do Governo Vargas, período no qual mais ocorreram mudanças nas Interventorias nortistas.

Durante o processo de tomada de poder, à medida que as forças militares revoltosas avançavam pelo Norte, os antigos governadores e presidentes dos estados ligados ao Catete foram sendo derrubados ou, diante da derrota eminente, abandonaram os estados. Com isso, o poder nos vários estados do Norte foi ocupado por governadores provisórios ou juntas militares, nomeados por Juarez ou por outros chefes da ação militar na região. Com a vitória do movimento armado, em 24 de outubro de 1930, iniciou-se o processo de reorganização do Estado brasileiro e a nomeação dos novos governantes estaduais foi um dos primeiros passos.

Em suas memórias, Juarez lembra dois casos específicos que ajudam a entender esse processo. Em sua primeira viagem ao Norte como líder nortista vitorioso, entre os dias 7 e 22 de novembro de 1930, Juarez procurava “ajustar algumas situações – especialmente no Maranhão e no Pará – cujos governos estavam sendo exercidos por

Juntas Revolucionárias, organizadas logo após a queda ou renúncia dos respectivos governantes”. Suas palavras deixam claro como se deu o processo de escolha de Luso Torres e Magalhães Barata para os governos do Maranhão e Pará, respectivamente. Quanto àquele informa que comunicou “esse desejo unânime dos paraenses ao Presidente Vargas, que com ele concordou”, e sobre este afirmou que foi indicado “igualmente pelos líderes revolucionários, civis e militares maranhenses”. (Távora, 1976: 12-13) Durante essa viagem foi instituído o já citado decreto 19.398, em 11 de novembro de 1930, e assim os novos governantes estaduais de todo o país foram transformados em interventores, como aconteceu com os “presidentes empossados durante a campanha revolucionária, ou logo após a sua vitória” nos estados do Norte.

Dessa forma, tendo como data base a criação do cargo de interventor e o fim, por influência de Juarez, das juntas provisórias que governaram os estados no contexto de perturbação causado pelo golpe que derrubou a Primeira República e seus governantes, os primeiros interventores do Norte foram:

Tabela 1<sup>9</sup>

<b>ESTADO</b>	<b>INTERVENTOR</b>	<b>CIVIL OU MILITAR</b>	<b>ESTADO DE NASCIMENTO</b>	<b>ATUAÇÃO POLÍTICA PRÉ-30</b>
Acre	Assis Vasconcelos	Civil	Sem informação	Foi delegado de polícia durante o Governo de Hermes da Fonseca
Alagoas	Hermílio de Freitas Melro	Civil	Sergipe	Foi vice-governador (1921-1924) (AL), dep. fed. (1924-1929) e membro da Aliança Liberal
Amazonas	Álvaro Botelho Maia	Civil	Amazonas	Político amazonense de oposição durante a Primeira República
Bahia	Leopoldo Amaral	Civil	Pará	Chefe civil baiano do movimento de 1930
Ceará	Fernandes Távora	Civil	Ceará	Fundador da Aliança Liberal do Ceará

<sup>9</sup> Todas as informações retiradas do DHBB – CPDOC/FGV.

<b>ESTADO</b>	<b>INTERVENTOR</b>	<b>CIVIL OU MILITAR</b>	<b>ESTADO DE NASCIMENTO</b>	<b>ATUAÇÃO POLÍTICA PRÉ-30</b>
Espírito Santo	João Punaro Bley	Militar	Minas Gerais	Sem participação em movimentos tenentistas na década de 1920
Maranhão	José Luso Torres	Militar	Maranhão	Prefeito de São Luis (1918-1921)
Pará	Magalhães Barata	Militar	Pará	Participou do movimento de julho de 1924 no Amazonas. Líder militar do movimento de 30 no Pará
Paraíba	Antenor da França Navarro	Civil	Paraíba	Aliado político de João Pessoa. Líder civil do movimento de 30 na Paraíba
Pernambuco	Carlos de Lima Cavalcanti	Civil	Pernambuco	Líder civil do movimento de 30 em Pernambuco
Piauí	Humberto de Areia Leão	Militar	Piauí	Vice-governador (1928-1930). Filiado à Aliança Liberal e líder do movimento de 30 no Piauí
Rio Grande do Norte	Irineu Joffily	Civil	Paraíba	Aliado de João Pessoa. Membro da Aliança Liberal. Possuía laços familiares com o Rio Grande do Norte através dos parentes de sua esposa. Nomeado por indicação de Café Filho, líder civil movimento de 30 no Rio Grande do Norte
Sergipe	José Calasans	Militar	Sergipe	Presidente do estado de Sergipe (1892-1894). Apoiador da Aliança Liberal.

Analisando o primeiro grupo de interventores nortistas, inicialmente constata-se uma pequena predominância de interventores civis, líderes em oito estados, em relação aos interventores militares, chefes em cinco. Excetuando o território federal do Acre, já que não foram encontradas muitas informações sobre seu interventor, percebe-se que entre os 12 primeiros interventores dos estados do Norte, oito deles governaram seus estados de origem. Dos que não tiveram seus interventores escolhidos entre os nascidos no estado, Alagoas e Bahia tiveram como interventores sujeitos com trajetórias políticas de destaque nesses estados. No caso do Rio Grande do Norte, o interventor escolhido possuía ligações com o estado a partir de laços familiares e teve sua escolha influenciada por um dos líderes do movimento de 30 no estado. O único caso que foge a esse padrão é o do Espírito Santo, onde seu interventor não possuía ligação com o estado. Dessa forma, diante das informações conseguidas, o interventor capixaba é o único que não teve uma participação política no Norte de oposição à Primeira República durante os anos de 1920 e/ou atuou na região durante a tomada de poder pelos partidários da Aliança Liberal.

Em outras palavras, os primeiros interventores do Norte, nomeados oficialmente em novembro de 1930, foram revolucionários nortistas dos próprios estados que passaram a governar, ou seja, civis e militares que foram opositores ao modelo político da Primeira República, que defenderam a chegada de Vargas ao poder e reconheciam a liderança de Juarez Távora no Norte. Essa primeira configuração política, formada antes do surgimento da Delegacia Militar do Norte, afasta a ideia que caracteriza os interventores nortistas como “militares”, “estrangeiros” e “neutros” à política estadual.

A escolha dos interventores entre os revolucionários nortistas de cada estado se explica pelo momento de instabilidade imediatamente “pós-revolucionária”, na qual era necessário para o Governo Provisório ter diletos apoiadores na liderança dos estados, que conheciam a política local – e do Norte – e que fossem opositores às antigas oligarquias dominantes. Com esse quadro, seria mais fácil consolidar o novo governo e afastar possíveis movimentos “contra-revolucionários”.

## **Segundo momento de nomeações dos interventores nortistas: A Delegacia do Norte e o primeiro ano do Governo Provisório**

O segundo momento de nomeação dos interventores nortistas corresponde ao primeiro ano do Governo Provisório, já sob a tutela da Delegacia Militar da Norte. Nesse período, de novembro de 1930 ao mesmo mês do ano seguinte, 13 interventores foram substituídos. Para melhor compreender esse momento de instabilidade, basta perceber que de novembro de 1931 até a eleição dos novos governadores estaduais em 1935, iniciadas no primeiro semestre desse ano, apenas oito interventores foram substituídos. De uma forma mais clara: nos 12 primeiros meses do Governo Provisório, 13 interventores nortistas foram substituídos, e em pouco mais de três anos que separam esse período das eleições estaduais, apenas oito interventores nortistas saíram de seus cargos.

Nesse segundo momento de nomeação para as Interventorias nortistas, alguns padrões se alteraram. Quanto à naturalidade, houve uma mudança significativa: se a escolha dos primeiros interventores dos estados do Norte foi marcada pela preferência de revolucionários nortistas dos próprios estados, no segundo momento, poucos interventores passaram a governar os estados onde nasceram ou tiveram atuação político-militar. Em novembro de 1931, os estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte, oito ao todo, estavam sendo governados por interventores nascidos em outros estados. Em outras palavras, apenas os estados de Pará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe possuíam interventores naturais dos estados que governavam, um ano após a instituição das Interventorias em todo o país.

Nessa configuração, em novembro de 1931, um olhar mais rápido pode sugerir que as Interventorias nortistas estavam sendo ocupadas, em sua maioria, por interventores “estrangeiros”. Contudo, ampliando a escala de análise e levando-se em conta a identidade política de revolucionários nortistas conclui-se que, mesmo com a significativa mudança de interventores, ainda havia a predominância de revolucionários nortistas entre as lideranças dos estados do Norte. Excetuando o Acre onde não consegui informações, dos 12 estados, apenas o interventor alagoano, cearense, capixaba e norte-rio-grandense não era revolucionários nortistas, ou seja, eram nascidos em estados fora do Norte e sem nenhuma ligação com a região antes de assumirem as

Interventorias, o que os enquadra na tipologia de “estrangeiro”, “militar” e “neutro politicamente”, utilizando o padrão definido por Pandolfi. Todos os outros oito nasceram na região e tiveram atuação político-militar contrária à Primeira República e favorável ao movimento de 30. Essa reconfiguração afastou os interventores das políticas estaduais de seus estados de origem, mas não diminuiu o poder e a liderança do Norte por parte dos revolucionários nortistas e de Juarez Távora.

Outra mudança significativa nas Interventorias nortistas nesse segundo momento de nomeações se deu quanto à relação entre interventores civis e militares. Se em novembro de 30, quando foram instituídas as primeiras Interventorias, havia cinco interventores militares, um ano depois esse número dobrou. É fundamental notar que houve um momento específico de militarização das Interventorias nortistas: entre os meses de julho e setembro de 1931 os interventores civis de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará e Maranhão foram substituídos por militares. Ou seja, em três meses o processo de militarização das Interventorias nortistas estava completo, com todos os interventores do Norte militares, exceto Acre, Paraíba e Pernambuco. Esse quadro de interventores militares só diminuirá em julho de 1933, quando o Rio Grande do Norte voltou a ser governador por um interventor civil, e em março de 1934, quando o mesmo aconteceu em Alagoas. Assim, no processo de reconstitucionalização estadual de 1935, além desses dois estados, apenas o Acre, Paraíba e Pernambuco tiveram o processo eleitoral liderado por interventores civis. Nos outros oito estados, foram interventores militares que organizaram o processo eleitoral, alguns deles concorrendo ao cargo de governador.

Esse momento de modificação nas Interventorias do Norte, com as mudanças quanto à naturalidade dos interventores e quanto à relação civil e militar, se justifica pelas crises políticas estaduais envolvendo os interventores, como explica Dulce Pandolfi (1980: 350): “As interventorias nortistas caracterizam-se por constantes crises políticas. O desajuste entre as forças sociais locais e o ‘poder vindo de fora’ responde, em grande parte, pelo clima da instabilidade política a conseqüente alta rotatividade dos interventores.”

Concordo com a autora quando afirma que o embate entre as forças estaduais e os interventores foi, em grande medida, a causa das crises estaduais que levaram muitos interventores nortistas a ter uma curta administração. Mas, discordo quando elas são caracterizadas como constantes. Acredito que essas crises foram fortes e intensas,

capazes de acarretar a mudança do interventor, apenas no primeiro ano do Governo Provisório. Depois de novembro de 1931, com um ano do sistema de Interventorias, – e da Guerra de 1932 – as crises estaduais arrefeceram e um relativo equilíbrio foi percebido nas Interventorias do Norte, visto a longevidade das administrações. Ainda sobre as mudanças nas nomeações das Interventorias, afirma a mesma autora:

Sendo os interventores do Norte homens de confiança exclusiva do chefe do Governo Provisório, competirá a Vargas, em última instância, a árdua missão de escolher pessoas capazes de conciliar a nova prática política com a dinâmica das forças sociais locais. O Governo Provisório consegue sair vitorioso dessa missão a partir do momento que, nas situações de crise, substitui o interventor, atendendo parcialmente às reivindicações veiculadas, sem abrir mão completamente dos pré-requisitos considerados importantes na escolha dos interventores nortistas: ser militar, ser estrangeiro, ser neutro politicamente. (1980: 351)

A confiança exclusiva que se refere Pandolfi cabia não apenas ao presidente, mas, principalmente a Juarez, líder e Delegado Militar do Norte, que influenciava diretamente a escolha dos interventores da Região. Quanto aos “pré-requisitos” defendidos pela autora, os militares foram maioria – mas não únicos – entre os interventores do Norte, e se são estrangeiros e neutros à política estadual, não o são em relação ao Norte, pois enquanto revolucionários nortistas defenderam a região durante o Governo Provisório e reconheciam a liderança de Juarez Távora.

Está para além das pretensões desse trabalho analisar individualmente cada uma dessas crises estaduais e os seus efeitos nas substituições dos interventores, por mais que em alguns momentos isso tenha que ser feito em certos estados. O que me proponho a analisar é como se deu o processo de escolha para as Interventorias nortistas durante esse segundo momento de nomeação dos interventores, a partir da ação de Juarez Távora e dos outros sujeitos envolvidos com a Delegacia do Norte. Por mais que, de certa forma, a queda de alguns interventores se explique no âmbito na política estadual, foi na esfera federal, sob a influência de Juarez, aparelhado com a Delegacia do Norte, que se deu a escolha e as nomeações dos interventores nortistas.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário – Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas – memórias Vol. 2 – A caminhada no Altiplano*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.